

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua João Rodrigues Martins, 34, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se Ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a presidência do conselheiro Eliezer Marques Costa (PMSC), estando presentes os conselheiros: Luciane Ferreira Medeiros (SAS), Vitor César Paris (PMCB – SAF, Renata Oliveira de Souza Roque (Educação PMCB), Rosa Machado Silveira (CEACA), Zélia Schneider (EPAGRI), José Paulo dos Reis (SINTRESC), Eraldo dos Santos (APP), as conselheiras tutelares: Louizi Cristina Eich, Ariele Rodrigues de Lima, a Secretária de Adm. e Fin. Selma Machado Costa, a Secretária de Assistência Social: Ana Maria Fabiano Costa, e a assessora Alessandra V. Francioni. Silva, a Secretária de Educação: Yara Faraco Zin, da Secretária de Saúde: Cristina Silveira e do setor jurídico: Felipe de Souza Bez. O presidente Eliezer inicia a reunião cumprimentando os presentes e conforme o item 1 da pauta informa os presentes do recebimento de ofício da Corregedoria-Geral do Ministério Público, convidando os conselheiros para reunião no dia 20/03/2017 as 9h, presidente explica que a cada 3 anos a corregedoria abre esse tempo para ouvir a todos que queiram fazer críticas, elogios, sugestões sobre o M.P. Se alguém tiver algo a sugerir estar presente nessa data. Felipe diz para irem apenas se tiverem alguma situação com o M.P. a ser compartilhada. Com relação à críticas ao M.P. a conselheira tutelar Louizi relata que chegou a seu conhecimento muita reclamação da população com relação ao atendimento. Luciane concorda e diz que também ouviu reclamações. Louizi relata que com relação ao Conselho Tutelar o M.P. mantém uma relação boa. Eliezer diz que fica em aberto para quem poder estar participando. A conselheira tutelar Ariele diz que o promotor não participará da reunião. Luciane diz que seria importante o conselho pedir uma maior proximidade com a rede, pois eles nunca participam de reuniões. Eliezer questiona se entrega ofício para a corregedoria cobrando a participação nos conselhos, sendo que não participou da construção nem do Plano SINASE nem do DECENAL. Referente o item 2 fala que a Comissão de Normas e Documentos se reuniu e confeccionou o parecer, onde colocou que o Plano de Ação e Aplicação foi parcialmente cumprido, necessitando de análise e aprovação da Plenária do CMDCA. E ressalta para se atentar ao que não foi cumprido em 2016, tentar cumprir em 2017. Eliezer entrega aos conselheiros cópia impressa do parecer, e apresenta o mesmo em datashow para que todos possam acompanhar. Solicita que o conselheiro Vitor leia no Plano de Ação e Aplicação 2015/2016 os itens apontados no parecer. Segundo o presidente há alguns itens a serem pontuados: tentar confeccionar o diagnóstico da situação das crianças e adolescentes no município em 2017; tentar agilizar os registros das entidades públicas no CMDCA: CRAS, CREAS, abrigo, APPs, pois as particulares já encontram-se registradas: CEACA, APAE, Escoteiros, Associação Jorge Lacerda, sendo necessário esse ano apenas atualizar. Informa que ofícios já foram encaminhados a todas as entidades. Rosa diz que tem uma dúvida, se as entidades públicas precisam estar inscritas para funcionar. Eliezer responde que não, elas se inscrevem para caso queiram propor projetos para utilizar o recurso do FIA. Eliezer fala que recebe relatórios de atendimentos de crianças e adolescentes somente do Conselho Tutelar, e sugere oficializar a Polícia Militar e Polícia Civil para que informem ao conselho casos de atendimentos que envolvam crianças e adolescentes. Ariele diz que é bem importante, pois há casos que não chegam ao conhecimento, por exemplo, se a criança for abordada na presença dos pais. Louizi diz que pelos dados que são solicitados ao CT pelo CMDCA foi possível saber que o Bairro 13 de maio é o que possui maior vulnerabilidade. Eliezer fala que a comissão de normas e documentos sugeriu retirar do Plano de Ação e Aplicação de 2017 a assessoria para orientar o conselho com relação às leis, devido existir os cursos gratuitos, que muitos conselheiros já participaram em 2016. Também a retirada de algumas comissões devido à falta de tempo e pessoal disponível. Ressalta que a maioria das ações que não foram concluídas em 2016 foi por falta de tempo e pessoal, bem como foram retirados os itens que se referem à eleição do Conselho Tutelar, que só deverá ser em 2019. Referente ao Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescente à Convivência Familiar, Eliezer fala que pesquisou e diz que tem que ser encabeçado pela Secretária de Assistência Social, juntamente com o CMDCA, porém é atribuição da SAS tomar a frente, trata-se de um Plano preventivo. Ressalta que com relação às normativas do Conselho, estão cada vez mais adequadas, antigamente as decisões do conselho não eram publicadas, hoje existem as Resoluções, que é o documento publicado no site da prefeitura, bem como levado para colocação em mural da prefeitura, câmara e Fórum. Louizi fala que com relação ao SIPIA foram feitas algumas capacitações, mas não está sendo utilizado, portanto algumas informações se esquecem. Ariele ressalta que foram em uma capacitação em Laguna, porém não há internet que possibilite a utilização do programa. Eliezer sugere oficializar a nova gestão para tentar resolver essa questão. Louizi diz que no setor de informática continuam sendo responsáveis o Lucas e Murilo, os mesmos que eram ano passado quando foi conversado com a administração à respeito. Eliezer sugere oficializar eles com cópia para o M.P. Ariele diz não achar necessário, pois a administração mudou. Selma diz que tem que analisar se eles tinham autonomia para realizar o serviço, e convida Louizi a uma reunião com os rapazes. Louizi aceita e fala que na próxima reunião

do CMDCA se não for resolvido ai sim oficializar. Louizi diz que o SIPIA possibilitará saber se a pessoa que atendem tem cadastro em outros estados. Referente à questão da divulgação ampla do CMDCA e CT por meio de materiais informativos, foi formada uma comissão e tiveram algumas reuniões, porém não foi posto em prática. O CMDCA no ano de 2016 lançou Editais, tanto o próprio quanto o chancelado, lembrando que o chancelado 20% fica retido na conta do FIA, tivemos apresentados dois projetos do CEACA e um do Grupo Escoteiro Carijós. Vitor questiona se a APAE não apresentou nenhum. Rosa fala que somente em 2015. Eliezer fala que a APAE está tentando se organizar ainda na questão da confecção dos projetos. Menciona que antigamente o recurso do FIA era utilizado para manter entidades, hoje existem os documentos que orientam ao uso correto. Eliezer fala que o FIA recebe sua verba devido ao TAC – Termo de Ajustamento de conduta, já firmado no tempo da administração do Brunel, em que a prefeitura deve repassar um determinado valor ao FIA, que inclusive diz estar atrasado. Selma falou que valor em atraso já foi repassado pelo Luiz da tesouraria. Eliezer fala que há outros meios de arrecadar os recursos para o FIA, inclusive já foi mencionado fazer uma reunião com contadores da região para esclarecer a questão da dedução do Imposto de Renda. Eliezer ressalta ainda que hoje o FIA possui CNPJ próprio, existe o acompanhamento e interação do CMDCA com a gestão do FIA, os setores contábeis e controle interno: Luiz e Alessandra, da prefeitura fornecem as informações e a apresentação dos recursos alocados no Fundo. Eliezer ressalta que há uma comissão para a fiscalização de projetos, que terá que ser olhado em resolução quem faz parte e pôr em prática, pois há dois projetos em andamento. Selma diz que no decorrer da reunião entrou em contato com Luiz da tesouraria para confirmar o repasse do recurso, porém fala que ainda não foi repassado, mas já está em processo. Eliezer fala da questão do respeito à deliberação do CMDCA, as questões que são aprovadas pelo Conselho não necessitam passar por todos os setores da Prefeitura: Convênios, contabilidade, licitação, jurídico etc. E sim depois da deliberação do Conselho passar para a Secretaria de Administração e Finanças Selma, para proceder com o pagamento, pois ela quem assina junto ao presidente. Felipe fala que o FIA, segundo o seu entendimento, tem que passar pelos trâmites que passam outros recursos públicos, e na contratação tem que passar por processos licitatórios, com relação ao parecer jurídico aprovando, ele diz que quando chega para ele fazer ele procura ser o mais agil possível, concorda que o CMDCA é quem delibera, quem aprova, mas a sistemática da liberação do recurso após aprovação é que tem que seguir como os demais recursos públicos. Rosa cobra agilidade na questão dos repasses, pois demora em média três meses, não dando muitas vezes de seguir o cronograma, e nem os orçamentos, pois passado muito tempo os preços mudam e reforça que o Conselho tem a fundamentação teórica, um ofício do tribunal de contas dizendo que não é necessário passar pela Câmara, discussão que começou após a realização de um curso no ano passado. Eliezer diz que é necessário prestar contas, porém é uma questão após o pagamento com a contabilidade e o controle interno. Felipe fala para o conselho confeccionar um ofício juntando o parecer do Tribunal de Contas sobre o repasse do recurso do FIA. Selma solicita que tratem primeiro da Audiência Pública para que os que tiverem outros compromissos possam sair em seguida, conselheiros concordam. Eliezer questiona Rosa se poderá levar a caixa de som, Rosa concorda, mas diz que acha que ela é pequena. Ariele falou que quando tiver ofício para a Câmara de Vereadores fazer individual para cada um, pois muitas vezes alguns só vão tomar conhecimento após a data. Eliezer pergunta quem ficará responsável por pegar a chave. Vitor fica responsável por pegar a chave com a Soninha. Selma questiona o que vão precisar dela, pois nunca participou e quer saber como funciona. Eliezer fala que o objetivo da Audiência Pública, que por deliberação do conselho, acontece anualmente, é esclarecer a todas as autoridades a questão da prioridade absoluta das crianças e adolescentes. Louizi fala que a audiência passada gerou um desconforto com a outra administração, pois foram expostas na Audiência situações como, por exemplo, que estava faltando merenda nas creches, a falta de crédito no celular do Conselho Tutelar por meses, a falta de carro no abrigo. E que logo foi resolvido devido a esse movimento, às discussões que foram realizadas na Audiência, o que foi muito bom. Eliezer diz que simplificando será discutida a prioridade absoluta da criança e do adolescente, que é um momento para interação dos setores. Louizi diz que já está no calendário que a Audiência é anual em março, então já estava marcada, mas compreende que a administração está entrando agora. A população também pode falar, fazer seus questionamentos e pontuações, bem como também cobrar atitudes do próprio conselho. Selma fala que a atual administração está acertando o quanto está sendo possível, devido à situação da prefeitura. Rosa questiona a questão de o abrigo estar sem carro. Selma diz que já foi providenciado. Selma fala que o que presta no abrigo é fogão, geladeira e máquina de lavar, o restante dos móveis ela e a Secretaria de Assistência Social: Ana Maria irão hoje a tarde a procura dos orçamentos. Selma fala das dificuldades de interação que alguns setores tinham, por exemplo, o jurídico não tinha acesso à contabilidade, a não ser que solicitasse alguma informação por escrito. Eliezer questiona quem irá compor a mesa na Audiência Pública. Rosa sugere que seja que nem a Audiência passada: Prefeito, promotor, juiz, Conselho Tutelar, entidades e CMDCA. Eliezer acha interessante que os Secretários também estarem expostos, caso surja algum questionamento direcionado a sua área. Ariele diz que não precisa dar fala para todos, mas que fiquem a disposição caso o prefeito necessite.

Ariele fala para quem for fazer a abertura já mencione a presença deles. Eliezer pergunta se alguém pode divulgar na rádio. Selma fala que entrará em contato com Álvaro sobre a questão da divulgação, e também já verá com ele a questão da abertura da Audiência. Selma fica responsável por levar bombonas de água e garrafas de café. Eliezer questiona se a ASSEMCAP possui toalhas de mesa, Vitor ficou de verificar. Louizi faz o convite para que algum conselheiro compareça, no sábado antes da audiência, juntamente com o Conselho Tutelar na rádio. Eliezer propõe que a Luciane vá. Felipe relata que da Audiência passada surgiram muitas ações contra o município. Ariele diz que o promotor não ia participar da reunião, pois falou que não foi produtiva, Louizi diz que a juíza elogiou bastante, e alerta para não usar o termo: família desestruturada e sim família em situação de risco ou em vulnerabilidade. Selma e Felipe se ausentam devido à outra reunião. Conselheiros continuam a análise do parecer, Eliezer menciona que a cada ano o CMDCA vem evoluindo bastante, a própria audiência pública é uma mobilização da rede. As Resoluções do CMDCA são feitas e divulgadas/publicadas, o que antigamente não acontecia. Há uma boa interação do CMDCA com a Assistência Social, ano passado tanto a Elisabeth estava sempre presente, agora Ana Maria, já é a segunda reunião que participa. Com relação ao SINASE, o plano existe, mas não foi implementado, Eliezer fala que toda a rede deve se mobilizar para colocar o plano em prática. CREAS diz que falta pessoal para este fim, não existe profissional próprio para esse fim. Referente item 2 da pauta, conselheiros aprovam o parecer da Comissão de Normas e documentos referente ao Plano de Ação e Aplicação 2015/2016, ficando aprovada a prestação de contas. Referente item 5, Eliezer informa que a reunião com Sinara do jurídico foi cancelada pela mesma, pois ela queria conversar com Josiane que não faz mais parte deste conselho. Eliezer fala que Sinara sugeriu alterar primeiramente a composição do conselho, pois em 2015 teve o fórum na Tractebel para escolha da sociedade civil, onde um maior número se demonstrou interessado e foi aprovado pelo conselho, portanto no ano passado foi solicitado a administração a nomeação de mais 2 representantes da administração, devido ao princípio da paridade. Porém ainda não foi atualizada a Lei e conseqüentemente o Decreto de composição deste Conselho, tendo apenas a Resolução. Selma sugere que seja agendada uma nova data para discutir essa questão da Lei. Sobre o item 6, Eliezer fala que o Conselho deve ter ação de cobrar que o Plano seja colocado em prática, para confeccionar uma resposta ao ofício é necessário sentarem com o pessoal do CREAS. Luciane diz que verá como está seu horário na semana que vem para estar marcando data para estar discutindo com o presidente. O presidente, referente o item 8: Eliezer informa que as estatísticas do Conselho Tutelar que estavam atrasadas foram entregues, e passa aos conselheiros interessados. Luciane fala para solicitar ao Conselho Tutelar que coloquem também os números nos relatórios, idade e quantidade, por exemplo: negligência: 10, idade: entre 2 a 9. Eliezer fala para oficializar CT neste sentido. Sobre o item 9: sugere alterar o cronograma da reunião de março, pois dia 30, que era a data marcada, é feriado municipal, conselheiros aceitam que a reunião seja realizada então na quarta. Eliezer fala que o Edital para projetos chancelados do ano passado tinha validade até dezembro, e coloca em votação a abertura de um novo edital para esse ano. Conselheiros aprovam. Rosa sugere fazer um edital que fique sempre em aberto, sem data limite, Eliezer questiona conselheiros se aceitam. Conselheiros concordam. Eliezer abre a palavra a assuntos gerais. Rosa elogia a questão da documentação que está cada vez mais de acordo. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.